

A atualidade da crítica da economia política

LEDA MARIA PAULANI*

A reflexão sobre a atualidade da crítica da economia política tem de começar pela recuperação do contexto histórico de seu surgimento. A recuperação de tal contexto, de seu lado, implica lembrar o trajeto intelectual de seu criador, Karl Marx. A natureza da crítica da economia política, como discurso inescapavelmente ligado à práxis, só pode ser corretamente compreendida se levarmos em consideração o passado hegeliano de Marx e seu rompimento com o hegelianismo de esquerda, que resulta na fundação do materialismo histórico. É o Marx d'*A ideologia alemã* que vai asseverar a primazia da realidade objetiva sobre o "mundo das idéias", indicando muito claramente qual era o compasso que permitiria a continuidade de sua dança com Hegel.¹ É no discurso desse rompimento que Marx indica que, se alguma "totalidade" ainda era digna desse nome, na acepção hegeliana do termo, ela estava com a economia política.

Mas que discurso é esse, a economia política? Quais foram as condições objetivas que propiciaram seu nascimento e desenvolvimento? O que ele revelou e o que deixou de revelar? Por que era preciso fazer sua crítica e em que marcos se poderia fazê-la? A famosa seção sobre o método da economia política, as *Teorias da mais-valia* e várias passagens d'*O Capital* trouxeram as respostas a essas perguntas. Mas a crítica da economia política, como é sabi-

* Professora do Departamento de Economia da FEA/USP e do IPE/USP.

¹ A posição aqui esboçada assenta-se na visão da relação entre as dialéticas de Marx e Hegel tal como entendida por Ruy Fausto. Ver o segundo ensaio desse autor: *Marx - Lógica e Política*. V.II. São Paulo, Brasiliense, 1983 e 1987.

do, ultrapassou em muito os contornos de uma mera crítica intelectual: ao mostrar os limites aos quais estavam necessariamente sujeitos os grandes pensadores da economia clássica e fundadores da ciência da economia política, Marx acabou por criar uma nova teoria, liberta dos constrangimentos que identificara em seus antecessores e em seus pares. Portanto, perguntar pela atualidade da crítica da economia política é certamente perguntar pela atualidade e pertinência desse novo paradigma que Marx cria. Mas, além disso, é perguntar também pela atualidade de sua concepção metodológica, forjada na contenda com seus companheiros hegelianos e que é, a meu ver, ainda mais importante do que a atualidade teórica. Assim é que a absoluta atualidade da crítica da economia política pode, em alguns casos, ser identificada não “a despeito dos erros teóricos de Marx”, mas graças a seu inequívoco acerto metodológico: se sua própria teoria estava liberta das limitações *stricto sensu* teóricas e, poderíamos também dizer, “de classe”, que constrangia as demais concepções, com certeza não estava livre dos limites impostos pela natureza do momento histórico que o próprio Marx vivenciava.

Sendo assim, pretendo organizar esta pequena intervenção no debate sobre a atualidade da crítica da economia política da seguinte maneira: inicialmente, e com a ajuda das reflexões de Paulo Arantes no ensaio “Idéia e ideologia”,² busco retomar os marcos do rompimento de Marx com o hegelianismo, tal como se pode percebê-los n’*A Ideologia alemã*; em seguida, e valendo-me aqui das considerações de Ruy Fausto em “Dialética e significações obscuras”,³ retomo brevemente a questão do método da economia política, conectando-a com a questão da distinção entre as dialéticas de Hegel e de Marx; finalmente, tento mostrar a atualidade da crítica da economia política e do aparato metodológico que a sustenta considerando três aspectos – o fetichismo, a natureza do dinheiro e o papel da força viva de trabalho – os quais, independentemente dos erros ou acertos estritamente teóricos de Marx, indicam sua inequívoca atualidade. Nesta última etapa valho-me de Guy Debord e sua *A sociedade do espetáculo*⁴ para a reflexão sobre a primeira questão; de considerações presentes em meu trabalho de doutoramento para a reflexão sobre a segunda questão; e de inúmeras discussões com Fernando Haddad, Ruy Fausto e outros companheiros e com alunos e orientandos para a reflexão sobre a terceira questão.

² Arantes, Paulo. *O ressentimento da dialética*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

³ Fausto, Ruy. *Marx, Lógica e Política – V. II*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

⁴ Debord, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997. A edição original é de 1967.

Já no prefácio d'*A ideologia alemã*, Marx indicava que um de seus objetivos ali era justamente mostrar que a veneranda filosofia alemã lutava com a sombra da realidade e que as estripulias filosóficas de seus companheiros da esquerda hegeliana não faziam nada mais do que refletir a derrisória pobreza daquela realidade. Como mostra com clareza Arantes, diante do prosaísmo singular da vida alemã, o ideário liberal transforma-se em Idealismo, ou seja, na glosa filosófica dos princípios da Revolução Francesa. Combinada ao constrangedor atraso e anacronismo da sociedade alemã, a assimilação das representações desse ideário, uma assimilação à distância e alheia aos conteúdos históricos que lhes davam consistência, resultou numa operação superlativa, que conferiu às Idéias uma densidade teórica que elas não possuíam em seu espaço de origem. A considerável irrealidade social das idéias modernas no cenário alemão dá lugar a uma realidade redobrada no plano das idéias.

Assim, paradoxalmente, é só na Alemanha que os particulares interesses em jogo (os interesses burgueses) podem ser apresentados como universais: “condenada” ao pensamento pelo atraso de sua realidade social e econômica, a Alemanha promove, pela via filosófica, a mediação dialética do particular pelo universal, sintetização que não era possível de modo tão puro onde os antagônicos interesses de classe estavam efetivamente em jogo. Hegel teve papel fundamental nessa operação, pois, trabalhando sob os influxos ainda positivos da Revolução Francesa, tratara de juntar as duas metades da *filosofia* – o *conceito* e a *totalidade* – que jaziam separadas desde Kant. Pretendia com isso salvar a *filosofia* do risco de esterilização a que tal separação a ameaçava.

A esquerda hegeliana, porém, advogava a negação da filosofia como única forma de sua realização. Estrategicamente posicionados, graças ao atraso alemão, para perceber o ideológico que proliferava no Idealismo, os antigos companheiros de Marx vão tomá-lo, porém, ao Idealismo, como pura fraseologia, ou seja, idéias sem substância, as quais deviam ser então indeterminadamente negadas. Em sua luta por libertar os homens dos grilhões produzidos pela própria consciência, por eles tornada autônoma, os jovens hegelianos não percebiam que “ao combater as fraseologias desse mundo não combatiam de forma alguma o mundo real existente”.⁵ Oportunam, na realidade, uma fraseologia a outra fraseologia. “A nenhum destes filósofos”, afirma Marx, “ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material”. Em outras palavras, era como se Marx estivesse dizendo que a *filosofia* já não tinha salvação, qualquer que fosse o lado de Hegel que se escolhesse. A tota-

⁵ Marx, Karl. *A ideologia alemã*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.26.

lidade estava já com a economia política, pois era ali que se gestava o conceito de capital. Era essa falta de percepção sobre a relação entre consciência e vida material que explicava também por que os hegelianos de esquerda tomavam equivocadamente as formações ideológicas como mera fraseologia, incapazes que eram de perceber que sua impropriedade só se mostrava como absoluta porque elas estavam deslocadas de seu local de origem.

II

Na origem das considerações críticas de Marx sobre a ideologia alemã, e com isso adentro meu segundo ponto, está o acerto de contas de Marx com Hegel. Como mostra Ruy Fausto, Marx caminha com Hegel até a recusa da participação kantiana do mundo, até a percepção da existência como determinação, até a possibilidade da posição pensada. Mas a transgressão pára por aí. Marx rejeita a passagem da posição pensada à posição objetiva, pois, para ele, é a posição objetiva que regula a posição determinação e não o inverso. Em outras palavras, ainda que Marx aceite, como Hegel, que o conceito não é ele mesmo se não estiver posto e que, portanto, a existência é determinação, ele não poderá aceitar, porque já está embarcado no materialismo histórico, que essa existência possa ter primazia sobre a existência objetiva. Portanto, era para ele mais importante mostrar que “as categorias exprimem formas de modos de ser, determinações de existência” (*Crítica da economia política*, Introdução), mas que isso só é assim porque é o concreto o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. É de notar que tal postura é tanto mais radical quando se lembra que Marx não está aí propugnando uma teoria da ciência, um método para o conhecimento em geral, mas está falando exclusivamente do método da economia política e num contexto em que a questão epistemológica é deslocada para o interior do próprio objeto, como um seu momento.⁶

É desse ponto de vista que Marx vai esboçar o fundamental de sua crítica da economia política. Para ele, os pensadores clássicos são iludidos pelo fato de que o concreto aparece para o pensamento como resultado, quando, em verdade, ele é o ponto de partida efetivo (não por acaso esses pensadores surgem na Inglaterra do final do século XVIII e início do XIX; certamente eles não surgiriam nas tribos indígenas do novo mundo, mesmo que ali existisse e fosse bem desenvolvida a linguagem escrita). É por esquecerem de fazer a viagem de volta – do abstrato à realidade concreta –, afirma Marx, que eles não perceberam a especificidade e o caráter historicamente condicionado de suas “descobertas” e das categorias que essa mesma realidade lhes permitiu

⁶ A reflexão e a conclusão são de Ruy Fausto, op. cit.

forjar. Essa ilusão é ainda mais alimentada pelo caráter extremamente desenvolvido dessa formação social que lhes serviu de ponto de partida, que, sendo enormemente complexa e rica, possibilita a construção de categorias gerais o suficiente para se poder “compreender” subjetivamente todas as formações que a precederam.

Por isso a economia clássica tende a tomar como a-históricos e como atributos da natureza humana diversos comportamentos e fenômenos que só se justificam e se explicam no contexto social que os produziu. Mas essa naturalização do social, o pensamento clássico não a inventa, senão que a reproduz da própria realidade social. Ele é, por isso, vítima do fetichismo, que Marx tratou de desvendar. Por conta desse erro seminal, qual seja, tomar o social como natural, os pais da economia política também não teriam podido ver, com a profundidade prenunciada por suas próprias teorias, uma série de desdobramentos e conseqüências que poderiam ter mudado inteiramente os rumos de suas pesquisas. Assim, por exemplo, Ricardo pôde consertar os equívocos de Smith e propalar que é o trabalho a única fonte do valor, mas não foi capaz de chegar à mais-valia. Da mesma maneira a distinção pioneiramente estabelecida por Smith entre valor de uso e valor de troca não lhe permitiu perceber o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias e a forma particular que isso assume quando a mercadoria se chama força de trabalho. O dinheiro também oferece exemplos da estreiteza das considerações clássicas, a despeito da riqueza de sua teoria: em Smith ele é visto simplesmente como meio para facilitar as trocas e levar adiante a divisão do trabalho. Ricardo, de seu lado, ao vencer a grande controvérsia bullionista, que ocupou as primeiras décadas do século XIX, vai tornar-se o pai intelectual do monetarismo, escola que vingaria no século seguinte e que sucumbiria inteiramente ao fetiche do dinheiro. Marx, porém, consegue vislumbrar a natureza contraditória do dinheiro, sua alma descarnada, que, no entanto, tem de se mostrar como o contrário do que é. Para ele, aliás, se o objeto for apenas meio de troca, não será dinheiro, mas tão-somente moeda, apenas forma evanescente da mercadoria, nunca um fim em si mesmo.⁷

Os pais da economia política passaram muito longe de considerações como essas e, a despeito de sua genialidade, que Marx nunca deixou de reconhecer, e de sua percepção do caráter de classe da sociedade em que viviam, suas colocações acabaram por compor o quadro ideológico que reverenciava a formação social capitalista e que demonstrava suas virtudes. Por isso era preciso fazer a crítica da economia política, mostrar seus equívocos metodológicos, apontar suas inconsistências teóricas, indicar seus limites, desvendar sua vi-

⁷ Retomaremos essa questão mais adiante.

são fetichizada da realidade capitalista. Como já coloquei, foi pretendendo fazer tal crítica que Marx acabou por forjar um novo paradigma, de modo que ela ganhou autonomia teórica, libertando-se do objeto que criticava. Qual a atualidade dessa crítica? Adentramos com isso o terceiro ponto.

III

Comentando os equívocos e limitações que constrangeram os desenvolvimentos teóricos produzidos pelos economistas clássicos, falamos do fetichismo, do trabalho e do dinheiro e comentamos muito brevemente as considerações de Marx a seu respeito. Vamos então retomá-los para indicar a atualidade da crítica da economia política. Como indiquei anteriormente, por uma questão de precedência lógica (desse erro derivam muitos outros) é preciso iniciar com o fetichismo. Como coloca Marx, o fetichismo não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, tendo de ser também tomado aí como coisa o indivíduo isolado, passível de generalização. Assim, o valor parece provir da natureza das coisas como coisas, não do fato de que elas tenham sido produzidas pelo trabalho humano numa sociedade organizada materialmente pela troca; assim o capital aparece como coisa, não como relação social; assim o ouro parece naturalmente dinheiro, mascarando-se o fato de que ele é posto como dinheiro por um processo que é social e histórico. Na medida em que continuamos a viver numa sociedade em que a troca é a forma por excelência de organização de sua vida material, o fetiche continua aí firme e forte. Mas será que tem a mesma cara?

Num livro polêmico, escrito em 1967, e só recentemente publicado em nosso país, Guy Debord defende a tese de que vivemos atualmente na sociedade do espetáculo. Parafraseando Marx, ele inicia seu texto com o seguinte aforisma: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”.⁸ E continua mais à frente: “Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real... é o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”.⁹ Sobre o fetichismo diz: “o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por coisas

⁸ Debord, Guy, op. cit., p. 13.

⁹ Idem, p. 14

supra-sensíveis, embora sensíveis, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens, que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência”.¹⁰ Segundo Debord, a primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está, para ele, completamente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo *ter* efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. O espetáculo, portanto, é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Diz Debord: “Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha extensa e intensivamente sua ditadura, (...) Assim, a negação total do homem assumiu a totalidade da existência humana”.¹¹ Muito mais poderia ser recortado das bombásticas colocações de Debord e não é preciso muito esforço para perceber que ele está mostrando o caráter superlativo e ainda mais totalitário que o fetiche assume no capitalismo do século XX. Tudo fica ainda mais impressionante quando nos damos conta de que Debord está escrevendo em 1967, ainda sob os auspícios dos trinta anos dourados e mais de uma década antes da chamada globalização e da ditadura do ideário neoliberal, que potencializariam ainda mais o caráter fetichista do sistema. Mas valem ainda dois últimos recortes, o primeiro porque dá conta do grau em que se chegou em termos de naturalização do social; o segundo porque permite uma analogia não casual com a questão da atualidade da forma como a crítica da economia política viu o dinheiro. Diz o primeiro extrato: “O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz de si mesma, seu monólogo laudatório. É o auto-retrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos”.¹² Completando essa colocação, Debord afirma que os meios de comunicação de massa são a manifestação superficial mais esmagadora do espetáculo. Que explicação mais adequada se pode ter para o fato de que a mídia invariavelmente trate os fenômenos sociais como elementos da ordem do natural? Não há rigorosamente nenhuma diferença na forma como se trata a *débâcle* de moedas supostamente fortes, as quedas espetaculares das bolsas e as estripulias do El Niño. Assim,

¹⁰ *ibidem*, p. 28

¹¹ *ibidem*, p. 30-1

¹² *ibidem*, p. 20

todos os fatos econômicos relevantes são espetaculares, tomam de assalto a vida cotidiana e carregam a mesma carga de naturalidade de terremotos e furacões: surgem quando menos se espera, carregados pelas leis fatais da segunda natureza e são tão inescapáveis quanto os sobressaltos do mundo natural.

Passemos ao segundo extrato, que nos permitirá construir o gancho com a questão do dinheiro. Diz Debord: “A sociedade que se baseia na indústria moderna não é fortuita ou superficialmente espetacular. Ela o é fundamentalmente. No espetáculo, a imagem da economia reinante, o fim, não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo”.¹³ Que ligação isso pode ter com a questão da atualidade da visão de Marx sobre o dinheiro? Para perceber isso é preciso retomar brevemente as considerações de Marx sobre o dinheiro tanto em *O Capital* como nos *Grundrisse*.

Como afirmei anteriormente, é só Marx que percebe o caráter contraditório do dinheiro, que, em sua essência, é pura forma, mas que tem de, na aparência, manter sua aura de concretude. Ele, a um só tempo, tem e não tem de ser mercadoria: não pode sê-lo essencialmente; tem de sê-lo aparentemente.¹⁴ As três determinações que constituem o dinheiro como esse objeto contraditório (ser medida do valor, ser meio de troca e ser simultaneamente dinheiro de crédito e objeto de entesouramento) não se alteram em nada, afirma Marx, quando o dinheiro se coloca como dinheiro mundial, pois essa não é uma nova determinação do dinheiro, mas um de seus usos como dinheiro.

É só aí, porém, lembra ele, que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, pois só aí torna-se possível efetivar a dimensão de infinito inequivocamente presente em sua natureza. No entanto, aí está o erro teórico; ele afirma que, como dinheiro mundial, o valor não aceita representantes; exige-se o valor em pessoa. E poderia Marx pensar diferente? Constrangido historicamente pelo domínio do padrão ouro e do Bank Act de 1844, poderia imaginar, ainda que isso estivesse indicado em suas considerações teóricas, que o dinheiro mundial viria a ser um papel verde pintado sem nenhum valor intrínseco? Por isso Marx errou na teoria mas acertou no método. O capitalismo de seu tempo ainda não tinha amadurecido o suficiente para realizar plenamente todas as potencialidades inscritas no objeto dinheiro e que Marx soube tão bem indicar. É só nos marcos de um regime monetário como o atual, inteiramente fiduciário e com câmbio flexível, que o dinheiro

¹³ *ibidem*, p. 17.

¹⁴ Defendo ser esta a visão de Marx em meu trabalho de doutoramento *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), USP, 1992.

pode realizar plenamente sua essência descarnada. Se, como adiantou corretamente Marx, o espaço mundial é o *locus* em que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, é só com sua desvinculação do ouro que ele ganha uma matéria (a forma pura) capaz de realizar plenamente essa existência. Enquanto permaneceu preso a uma “mercadoria de verdade”, ele continuou constringido pelos limites da matéria, não podendo assim realizar, em sua plena efetividade, sua natureza de forma autônoma do valor, de forma por excelência de sua existência. Este o ineditismo da fase atual do capitalismo, perfeitamente compreensível se tomamos as considerações de Marx sobre o dinheiro. Além disso, é esse desprendimento total do dinheiro de uma mercadoria “de verdade” também no âmbito mundial¹⁵ que permite realizar cabalmente a congruência entre meio e fim inscrita no movimento do capital financeiro. Prescindindo por definição da mediação efetuada pela mercadoria, a valorização financeira só encontra um ambiente adequado em âmbito mundial quando o próprio dinheiro mundial perde inteiramente seus vínculos com uma mercadoria de verdade. Por isso, nos termos de Debord, poder-se-ia talvez dizer que a valorização financeira é o espetáculo mais verdadeiro: o desenrolar é tudo, o espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo, a congruência entre meio e fim é plena. Objetivamente isso se traduz numa endogenização da instabilidade que tem de funcionar, em um só tempo, como combustível e como resultado do processo de valorização.¹⁶

O fato de que o processo atual de acumulação esteja sob a dominância da valorização financeira reduz a muito pouco a importância que ainda tem no capitalismo atual a determinação valor de uso das mercadorias. Do ponto de vista lógico, a mercadoria esteve desde sempre expulsa do circuito da valorização financeira. Contudo, como, em âmbito mundial, prevalecia um regime monetário ainda remotamente ligado à mercadoria ouro, a congruência entre meio e fim não era plena, o que só agora acontece. É essa nova situação que fornece os recursos formais para que a dimensão financeira prevaleça sobre a dimensão produtiva. E o espetáculo é perfeito porque o pouco que existe de “lastro” nesse circuito de valorização não é nada mais nada menos do que aquilo que Marx denominou “capital fictício”. Talvez não seja preciso dizer mais sobre isso.

¹⁵ Como se sabe, Marx mostra claramente a possibilidade de o dinheiro ser substituído por signos de si mesmo, ou seja, papel-moeda, moeda fiduciária, mas a restringe ao âmbito das economias nacionais.

¹⁶ Devo essas considerações às reflexões surgidas da leitura da versão de qualificação da tese de doutoramento de Andrés Vivas Frontana. *O capitalismo no fim do século XX: a acumulação sob dominância da esfera financeira e a experiência brasileira*, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), USP, janeiro de 2000.

Finalmente, consideremos o trabalho. É intensamente discutida a questão da perda de centralidade do trabalho e das conseqüências que isso pode ter do ponto de vista da teoria marxiana do valor. A própria questão é, em si mesma, bastante polêmica, porque há os que não acreditam nessa perda de importância do trabalho.¹⁷ Mas supondo que a tese seja verdadeira, concluem alguns, estaria comprometida toda a teoria do valor-trabalho. Por conseguinte, e por isso muitos se recusam a aceitar essa tese, a teoria marxiana do valor teria de ser inteiramente descartada, porque estaria sendo desmentida pela realidade das condições atuais de produção.

Contudo, isso só faz sentido para quem define tautologicamente o valor por sua substância, interpretação que não compartilho e que, a meu ver, não é a de Marx, pois, de outro modo, teríamos de ignorar suas considerações sobre o fetiche. O trabalho simples, trabalho abstrato e socialmente necessário, é a substância do valor, não seu fundamento. O valor é que é, ele próprio, o fundamento da equação de troca e da forma valor de troca. O que há de comum entre x de A e y de B que me possibilita colocar o sinal de igual entre esses dois termos não é que em ambos os lados há trabalho abstrato, mas que tanto A quanto B portam *valor*. Mais uma vez o predomínio é da forma. Ela é forte o suficiente para prevalecer, mesmo que alterações se processem em sua substância, que pode estar migrando do trabalho abstrato para a ciência como fator de produção, conjuntamente com a apropriação privada desse produto, que não só é um bem público, como é social por definição (já que o conhecimento não se constrói isoladamente). Trata-se, portanto, de exploração, e exploração em escalada ampliada, ou, em uma palavra, trata-se de capitalismo e capitalismo numa versão mais perversa do que jamais foi. Essa transformação Marx conseguiu vislumbrar; o que só corrobora a interpretação de que o valor não pode ser simplesmente identificado com o trabalho abstrato. A esse respeito cabe transcrever uma hoje já famosa passagem dos *Grundrisse* e que se mostra incrivelmente atual.

¹⁷ Uma boa e muito atualizada referência para essa discussão é o competente trabalho de Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho* (São Paulo, Boitempo, 1999) no qual, segundo suas palavras, ele pôde "recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos" (p. 13). Apesar de o livro merecer uma discussão muito mais qualificada do que eu possa fazê-lo, gostaria apenas de registrar que minha posição aqui não se confunde com as interpretações que visualizam nas mudanças contemporâneas novas e positivas dimensões da sociabilidade capitalista, senão precisamente o inverso. O potencial "fim do trabalho", que não descarto como tendência (e nem o próprio Marx o fez, a meu ver), não estaria levando à "realização concreta do reino do tempo livre, dentro da estrutura global da reprodução societária vigente" (p. 16), entendida esta última como uma dimensão positiva, mas estaria ensejando um novo e mais perverso tipo de exploração.

“Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez, não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, senão que *depende do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção*. (...) A riqueza efetiva se manifesta de fato (...) na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na *desproporção qualitativa* entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do processo de produção que ele vigia. (...) O capital é, ele mesmo, a contradição em processo, uma vez que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto, de outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (...) Por um lado, desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação de riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, se propõe medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas e reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor.”¹⁸

¹⁸ Marx, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política - Grundrisse*. Cidade do México, Siglo XXI Editores, 1986, p. 227-9.

PAULANI, Leda Maria. A atualidade da crítica da economia política. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.111-121.

Palavras-chave: Crítica da economia política; Marx; Fetichismo da mercadoria.